



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021
DESTINADO, COM EXCLUSIVIDADE, À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EM-
PRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Regido pelas Leis Federais nºs. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 081 de 13 de outubro de 2009, Decreto Municipal nº 157/2019 e, suas alterações vigentes, e, principalmente, pelas cláusulas e condições do presente Edital.

MODALIDADE →	PREGAO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO
TIPO DE LICITAÇÃO →	MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA →	ABERTO E FECHADO
OBJETO →	Futura e eventual aquisição de embalagens para envase de água potável , na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 do Termo de Referência, parte integrante do presente Edital.

TABELA DE ITENS/LOTES, QUANTIDADES E ESTIMATIVAS DE VALOR – TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)

VALOR TOTAL ESTIMADO = R\$ 38.163,20 (Trinta e oito mil cento e sessenta e três reais e vinte centavos)

Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. DO OBJETO	3
3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DA LICITAÇÃO	5
5. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO	6
6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO	8
7. DA SESSÃO PÚBLICA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	9
8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO	10
9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO	12
10. DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL	12
11. DA PROPOSTA DE PREÇOS	13
12 DA HABILITAÇÃO	15
13. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (anexados em formato PDF)	15
14. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL	20
15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	21
16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	22
17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22
18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	25
19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	25
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27
22. DOS ANEXOS REFERENCIAIS	28
ANEXO I.....	29
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23/2021	29
ANEXO II.....	40
MODELO DE PROPOSTA	40
ANEXO III.....	41
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO	41
ANEXO IV.....	42
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA.....	42
ANEXO V.....	43
REQUERIMENTO DE BENEFICIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.	43
ANEXO VI.....	44
MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURIDICA)	44
ANEXO VII.....	45
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	45
ANEXO VIII.....	57
MINUTA DE CONTRATO	57



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

1. PREÂMBULO

1.1. O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – Autarquia do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, em CÁ CERES-MT, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 22.794.608/0001-78, através do PREGOEIRO OFICIAL **VINICIUS LEAL VIEIRA** e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 39/2021 de 24/03/2021, publicada no Diário Oficial da AMM em 26/03/2021 torna público, para conhecimento de todos os interessados, que irá realizar Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, destinado **COM EXCLUSIVIDADE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal 157/2019, Leis Complementares Federais nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 081 de 13 de outubro de 2009, e Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações vigentes, bem como e especialmente pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, denominado (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica da Bolsa Licitações e Leilões – www.blcompras.org.br.

1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.blcompras.org.br e www.aguasdopantanal.eco.br.

1.3.1. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	A partir do dia 20/08/2021
DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS:	A partir do dia 03/09/2021 às 08h30m (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Dia 03/09/2021, às 09h00m (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Dia 03/09/2021, às 09h30m (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA)

1.3.2. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro (a) aos licitantes;

2. DO OBJETO

2.1. Futura e eventual aquisição de **embalagens para envase de água potável**, na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 do Termo de Referência, parte integrante do presente Edital.

2.2. Os detalhamentos do objeto encontram-se no item 1.2 do Termo de Referência (Anexo I) do edital norteador.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas, **exclusivamente enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual**, conforme Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, Lei Complementar Municipal n.º 081 de 13 de outubro de 2009 e demais atualizações, **e que atenderem a todas as exigências, inclusive para classificação e habilitação, estabelecidas neste Edital.**

3.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, a licitante deverá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante do Termo de Referência - ANEXO I do presente Edital.

3.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

3.4. A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos, bem como da Legislação aplicável.

3.5. As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.6. Não poderão participar:

a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) Empresas que, por qualquer motivo, **estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública**, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, desde que o ato tenha sido punido mediante publicação no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo respectivo Órgão;

c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

d) Empresas que possuam entre seus sócios servidores da Prefeitura Municipal de Cáceres, bem como das suas Autarquias.

3.7. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

3.8. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá a mesma declarar a situação, assinalando em campo próprio na fase de credenciamento.

3.9. Para as documentações de “**regularização fiscal e trabalhista**” será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (conforme redação dada pela Lei Complementar n.º 123 de 2006), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

3.9.1. O prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização de documentação não se aplica a documentos de outra natureza, como as atinentes aos itens 13.1., 13.3., 13.4. e 13.5.

3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

3.11. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.bllcompras.org.br, opção "Acesso Identificado", observadas as datas e horários limites estabelecidos.

3.12. Caberá à proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DA LICITAÇÃO

4.1. As empresas licitantes interessadas deverão encaminhar, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA**, os documentos de habilitação exigidos no edital, **PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL** (anexado em formato PDF), na forma do item 11., contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para encerramento do recebimento de proposta, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. O preenchimento da proposta no **SISTEMA ELETRÔNICO** deve primar pela não identificação do licitante, na forma do item 5., não se confundindo com o documento de **PROPOSTA DE PREÇOS** anexada em campo próprio, em formato PDF, na forma detalhada no item 11.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bllcompras.org.br.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, **única e exclusiva da licitante ou de seu representante legal**, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA:

4.3.1. A Proponente deverá apresentar juntamente com as exigências da Proposta de Preços deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br.

4.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua Cédula de Identidade ou documento oficial com foto (exemplos: Carteira de Motorista, Carteira de Trabalho), e de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida em Cartório), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame.

4.3.2.1. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

4.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada em cartório do contrato social ou equivalente, que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhados de Documento Oficial de identificação (RG, Carteira de Motorista ou outros) em cópia autenticada em cartório.

4.3.3.1. Em se fazendo representar por procuração particular, é obrigatória a apresentação da cópia autenticada em cartório do contrato social (1ª e última alteração ou contrato social consolidado), ou equivalente, e documentos de identidade do sócio-gerente e do procurador legalmente constituído;

4.3.4. Apresentar juntamente com os documentos de Credenciamento e Proposta de Preços, **Contrato Social** em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, demonstrando compatibilidade com:

- 4.3.4.1. Registro Comercial**, no caso de empresa individual;
- 4.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da legitimidade da diretoria em exercício;
- 4.3.4.3. Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.4.** Os documentos para credenciamento exigidos no Edital deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente, na forma da Lei.
- 4.5.** O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;
- 4.6.** A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisões tomadas pelo Pregoeiro (a) e aceitas pelas licitantes presentes;
- 4.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte** deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006;
- 4.7.1.** A não declaração das licitantes em referência à Lei Complementar nº. 123/2006, caso se enquadrem, implicará no **IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA**
- 4.7.2.** A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais do certame.
- 4.8.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que comprovadamente por terceiros;
- 4.9.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser prontamente comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.blcompras.org.br, os licitantes deverão registrar suas propostas de preços com a descrição do objeto ofertado até **30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta.
- 5.1.1.** Anexar obrigatoriamente e exclusivamente a proposta e os documentos exigidos para habilitação no sistema **BLL**, devendo ser utilizado apenas arquivos na extensão **“PDF”**.
- 5.1.2.** Até **30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão**, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 5.1.3.** Fica **vedado** a licitante qualquer tipo de identificação, **no sistema eletrônico**, quanto ao registro de sua Proposta de Preços, sob pena de desclassificação da empresa no certame, pelo Pregoeiro (a).
- 5.1.3.1.** **Esta vedação não se confunde com a exigência do item 11 deste Edital, qual seja a proposta anexada em PDF.**
- 5.1.4.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis como identificação da empresa, deste modo, qualquer elemento que possa identificar o licitante importa em **DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, **(se a marca/ modelo do objeto for o nome da empresa, o licitante poderá, atendendo ao princípio da impessoalidade, preencher o campo MARCA/**

MODELO, com a expressão “MARCA/ MODELO PRÓPRIA”, sem o risco de ter sua proposta desclassificada).

5.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua Proposta de Preços e lances inseridos em sessão pública;

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor;

5.4. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no www.bll.org.br, bem como as constantes do Anexo I – TERMO DE REFERENCIA deste Edital, **PREVALE-CERÃO AS ÚLTIMAS**;

5.5. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;

5.6. Nenhuma empresa ou instituição vinculada à Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL será elegível para participar deste processo licitatório;

5.7. Nas Propostas de Preços registradas no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

5.7.1. Preço unitário de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo obrigatoriamente expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital, **sendo aceitos apenas valores abaixo ou igual ao estimado.**

5.7.1.1. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como os impostos, ICMS, taxas, descontos, frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.7.2. Deverão estar de acordo com as especificações do objeto, incluindo marca/ modelo, e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.**

5.7.2.1. É vedada toda e qualquer identificação da empresa licitante durante a realização do pregão.

5.7.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente **vedada** a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto quando assim exigido pelo Edital.

5.7.4. Apresentar a validade da proposta, de forma clara e inconfundível, bem como prazos e local de entrega, sob pena de desclassificação.

5.8. A Proposta de Preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.9. O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas de preços registradas no endereço eletrônico antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

5.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

5.10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.10.1.2. O licitante deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 5.10.1., no prazo de **02 (duas) horas**, contados da solicitação no sistema, e, se necessário, enviar documentos complementares, utilizando a plataforma, no campo “Documentos Complementares (pós-disputa)”.

5.11. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, respeitado o art. 43, § 3º da Lei 8.666/93; sendo que estas deverão ser enviadas, no prazo estipulado pelo mesmo, no sistema através do e-mail licitacao@aguasdopantanal.eco.br, sob pena de desclassificação das propostas.

5.12. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

5.13. É obrigatória a apresentação da MARCA e/ou MODELO do objeto, conforme o caso, tornando específico o objeto licitado de forma a não restar sobre ele qualquer dúvida quanto a sua identificação; a não apresentação causará a desclassificação.

5.13.1. A obrigação descrita acima deve ser atendida considerada a necessidade de **NÃO IDENTIFICAR A EMPRESA LICITANTE**, caso no qual deve ser procedido na forma do item 5.1.4.

5.13.2. A proposta na qual é vedada a identificação é aquela preenchida diretamente no **SISTEMA ELETRÔNICO**, não se confundindo com a proposta anexada em formato PDF, onde deve ser clara a identificação do licitante, na forma do item 11.

5.14. Assim como as propostas de preços, os valores lançados serão pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM no sistema, de acordo com a proposta, sob pena de desclassificação.

5.15. A simples participação neste certame implica em:

5.15.1. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

5.15.2. Comprometimento da empresa vencedora em fornecer os materiais, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO

6.1. Até 03 (três) dias úteis, anteriores à data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, exclusivamente por meio das opções abaixo;

6.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, contendo os documentos necessários de qualificação do Peticionante, via e-mail: licitacao@aguasdopantanal.eco.br, via plataforma BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** – Autarquia de Cáceres-MT: Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro, Cáceres-MT, CEP: 78210-210, dirigida ao (à) pregoeiro (a), ou diretamente na Sede da Autarquia - Setor de Licitações, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30 e 13:30 as 17:30hs (horário local).

6.1.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no **prazo de até 02 (dois) dias úteis**, contado da data do recebimento do pedido de impugnação.

6.1.3. Se procedente e acolhida a petição, os vícios do Edital serão sanados, e caso este saneamento tenha impacto sobre a formulação das propostas e a ampla participação no certame, nova data será designada para a sua realização, resguardada a conveniência e interesse da administração.

6.1.3.1. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, permanece mantido as condições originalmente previstas neste Edital.

6.1.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ou seja, que vise tão somente o retardamento da execução do certame ensejará a aplicação da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas na legislação vigente.

6.1.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 meses a 02 (dois) anos, e multa, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 93 da Lei nº. 8.666/93.

6.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no item 6.1.1. deste Edital.

6.2.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao (à) Pregoeiro (a), e devidamente identificado com nome do responsável pelos pedidos de esclarecimentos, com qualificação, endereço e número de telefone para contato;

6.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de esclarecimento no prazo **de até 02 (DOIS) dias úteis**, contado da data do recebimento do pedido.

6.3.1. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo (a) Pregoeiro (a).

6.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no Edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores** ou **notas de esclarecimentos**, enviado no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

6.4.1. TERMO DE RETIFICAÇÃO é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 4º, inciso V da Lei Federal nº. 10.520/02 e art. 21, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

6.4.2. NOTA DE ESCLARECIMENTO e ADENDO são documentos emitidos pela Administração, contendo informações ou alterações, respectivamente, que não causem alteração na formulação das propostas.

6.4.3. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, serão divulgados através de publicação de **TERMO DE RETIFICAÇÃO, ADENDO ou NOTA DE ESCLARECIMENTO** no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

6.4.4. Apenas serão respondidos os esclarecimentos devidamente formulados, na forma da seção 6 deste Edital, sendo que eventuais contatos via telefone, a respeito de informações sobre o presente Pregão, seja para os servidores da CPL, bem como ao (à) Pregoeiro (a), não serão admitidos, garantindo assim um procedimento justo e isonômico, no momento da licitação.

7. DA SESSÃO PÚBLICA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. A sessão ocorrerá em data marcada conforme o **item 1.3.1** do presente Edital, e em conformidade com as demais disposições aqui estabelecidas.

7.1.1. A Sessão Pública do presente Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade e em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente no site www.bllcompras.org.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o (a) Pregoeiro (a) **não atenderá ao telefone** para responder questões inerentes ao presente Pregão.

7.4. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e o tipo da licitação será o de **MENOR PREÇO**, devendo o (a) Pregoeiro (a), realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório e em sessão ou reunião do (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores da Autarquia ou externos a ele, conforme a conveniência da ÁGUAS DO PANTANAL;

7.4.1. O julgamento da Proposta de Preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

7.4.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para cada **LOTE**.

7.5. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

7.6. O resultado do julgamento estará à disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo, mediante prévio agendamento.

7.7. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou tenham suas propostas desclassificadas, o (a) Pregoeiro (a) poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para que apresentem outras, escoimadas das causas pelas quais decorreram a inabilitação ou desclassificação, conforme disposto no § 3º, do art. 48, da Lei nº. 8.666/93, que se aplica subsidiariamente à modalidade Pregão.

7.8. É facultado ao (à) Pregoeiro (a), em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.9. Não será motivo de desclassificação a ocorrência de simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços, que não venha a causar prejuízo para a Administração Pública e que não macule os direitos dos licitantes.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

8.1. Somente as licitantes que apresentarem Proposta de Preços em consonância com o que dispõe o Edital, poderão apresentar lances para o (s) Item (s) cotado (s), exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, respectivo horário de registro e valor.

8.1.1. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo VALOR UNITARIO DE CADA ITEM, sendo, na apresentação da proposta REALINHADA, readequados os valores unitários, de forma que sua somatória seja igual ao valor final negociado do lote;

8.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERENCIA do presente Edital.

- 8.2.** A abertura e fechamento da fase de lances via *internet*, serão feitos pelo (a) Pregoeiro (a).
- 8.3.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado, e as regras de sua aceitação.
- 8.3.1.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.3.2.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.4.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.4.1.** A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.5.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.6.** Não havendo pelo menos **03 (três) ofertas** nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.8.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.9.** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 8.10.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.11.** No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 8.11.1.** O (a) Pregoeiro (a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.11.2.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, no site www.bllcompras.org.br.
- 8.12.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.
- 8.13.** A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

8.14. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.14.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.14.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a Proposta de Preços classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade dos preços em relação ao estimado para a contratação.

9.1.1. Caso não ocorram lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista.

9.1.2. A Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL não aceitará e não adjudicará o item cujo preço total seja superior ao estimado para contratação (conforme resultado de cotação), constante da tabela de itens deste Edital, no qual constam as especificações e estimativas de preço.

9.2. Cumpridas as etapas anteriores, o (a) Pregoeiro (a) verificará a (s) Proposta (s) de Preços e os Documentos de Habilitação da (s) empresa (s) classificada (s) com menor (es) lances, conforme disposições contidas no presente Edital.

9.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

9.5. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o (a) Pregoeiro (a) declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) lote (s).

9.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do Pregão Eletrônico constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10. DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

10.1. Nos casos em que o (a) Pregoeiro (a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

10.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

10.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes do quantitativo do objeto e os preços unitários, o (a) Pregoeiro (a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

10.1.3. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

10.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o *caput*, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, **no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas de forma digital, redigida em Língua Portuguesa, em 01 (uma) via sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinada na última, pelo responsável ou procurador da licitante;

11.2.1. Em todas as folhas deverá constar o carimbo padronizado do CNPJ, **excetuando-se as folhas timbradas em que já tenham sido impressas essas informações**, preferencialmente com índice, indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, além de todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente conforme modelo apresentado no **ANEXO II** deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter, sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação dos prazos de entrega, conforme exigência deste Edital.

11.4.2. As especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas (caso seja exigido), constando os quantitativos e valores, unitários e totais, bem como a marca contida no ANEXO I deste Edital;

11.4.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente vedada a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote, desde que não seja assim exigido pelo Edital;

11.4.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4.1. Na ausência de indicação de validade da proposta, considerar-se-á o prazo disposto no item 11.4.4, qual seja 60 (sessenta) dias.

11.4.5. Preço unitário e total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irredutível, de acordo com a legislação em vigor), conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no TERMO DE REFERENCIA – Anexo I do presente Edital;

11.4.6. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, descontos, frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.7. O licitante deverá incluir no preço do objeto ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS (quando for o caso), considerando para todos os efeitos fiscais o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, na condição de comprador/destinatário final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, às disposições deste instrumento convocatório.

11.6. Serão considerados inadequados e desta forma desclassificados os preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas.

11.6.1. Se houver indícios de **inexequibilidade** relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar a licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

11.6.2. Será considerada inexequível a proposta que não demonstrar a sua viabilidade, através da apresentação de documentação comprobatória de que os custos e insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento ou a prestação do serviço.

11.7. O envio da Proposta de Preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.8. A proposta de preços contendo as exigências deste Edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação, sob pena de desclassificação, na plataforma www.bllcompras.org.br, no campo “Documentos Complementares (pós-disputa)”.

11.9. Em caso de **problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema**, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@aguasdopantanal.eco.br, devendo o (a) Pregoeiro (a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.9.1. O prazo para envio da proposta descrito no item 11.8, poderá ser alargado **motivadamente pelo Pregoeiro (a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.**

11.10. A proposta deverá ser assinada preferencialmente de forma eletrônica, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

11.10.1. Caso a licitante não possua assinatura eletrônica, deverá ser enviado o original da Proposta de Preços atualizada e os documentos de habilitação em original ou cópia autenticada (observada a natureza e a exigência de original), contendo as determinações deste Edital, devidamente atualizada com o último lance, deverá ser recebida (data de chegada dos documentos na CPL) na sede do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL-Autarquia de Cáceres-Setor de Licitações, Rua Voluntários da Pátria, 548 - Centro - CEP 78210-210 – Cáceres-MT, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de convocação do(a) Sr. (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação da proposta;

11.10.2. Caso a empresa envie o original da Proposta de Preços via “CORREIOS”, solicitamos que a mesma dê preferência para o envio via “SEDEX”, e ainda identifique o envelope com o número do referido Pregão, para que a CPL possa transmiti-lo ao (à) Pregoeiro (a) correspondente, conforme modelo abaixo:

<p>PROPOSTA DE PREÇOS REALINHADA ÓRGÃO: AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2021 RAZÃO SOCIAL E N.º DO C.N.P.J. DA LICITANTE PREGOEIRO: VINICIUS LEAL VIEIRA</p>
--

11.10.3. Os documentos da Proposta de Preços exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em envelope lacrado, indevassável, distinto e separado, endereçado ao (à) Pregoeiro (a) da CPL, com indicação clara e visível do procedimento licitatório ao qual se dirige e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza do correspondente conteúdo.

11.10.4. Nenhum dos documentos de Propostas de Preços poderá conter rasuras ou entrelinhas, não sendo permitidos palavras ou algarismos manuscritos.

11.10.5. Não serão consideradas propostas que deixarem de atender às disposições deste instrumento convocatório.

12 DA HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação ao certame, as empresas arrematantes deverão cadastrar todos os documentos (em plena validade) relacionados nos subitens abaixo no aplicativo da Bolsa de Licitações e Leilões, assim como proceder à vinculação dos aludidos documentos à Proposta de Preços do Pregão, antes do início da sessão, desde que atendidos os requisitos especificados nas observações deste item.

12.1.1. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a **08 (oito) dias úteis**, contado da data de publicação do aviso do edital.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.2.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.2.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.2.4.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e/ou documentos não anexados anteriormente conforme o item **13.8.11**, o licitante será convocado a encaminhá-los, **pelo sistema eletrônico plataforma BLL (Documentos Complementares pós-disputa) no PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS a contar da intimação do pregoeiro na plataforma eletrônica, sob pena de INABILITAÇÃO, conforme disposto no Art. 38 do Decreto Federal 10.024/19.**

12.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (anexados em formato PDF)

13.1. Relativos à Habilitação Jurídica: (Lei 8.666 art. 28)

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista: (Lei 8.666 Art.29)

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal:
 - c.1) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual:
 - d.1) Certidão Negativa de Débito relativos a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal:
 - e.1) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;
- f) Certificado de Regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h). No caso empresas e Empresas de Pequeno Porte, caso tenham se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, as exigências correrão consubstanciadas nos artigos 42 e 43 da primeira, elencadas no item 4.7 deste Edital.
- i) **Certidão emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.**

13.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira: (Lei 8.666 Art. 32)

13.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

- a) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou,
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2) Quando se tratar de empresas de outras formas societárias:

-Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a.3) Tipos empresariais sujeitos aos regimes estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como suas alterações posteriores:

-Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

a.4) Sociedade criada no exercício em curso ou inativa no exercício anterior:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a.5) - Os tipos societários/ empresariais obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV. Requerimento de Autenticação de Livro Digital.

b.) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado:

c) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Ativo Total

$$\text{SG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1) Considerando que a presente licitação objetiva o registro e preço, sem obrigatoriedade de contratação, e riscos para administração, as empresas licitantes que apresentarem resultado menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor estimado ou do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance), o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93, sob pena de inabilitação;

c.2) Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

13.3.2 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.3.3. Com do advento da Lei Federal nº 14.030, de 28 de Julho de 2020, do Governo Federal, que estabeleceu medidas para o enfrentamento e combate à pandemia de Covid-19, principalmente com respeito aos prazos para os atos sujeitos à apreciação das Juntas Comerciais, e em conformidade com a Orientação Técnica 07/2020/TCE – MT, os documentos exigidos para a Habilitação Relativos à Qualificação Econômico-Financeira, conforme item 13.3.3.1 deste Edital, poderão ser apresentados sem o devido registro na Junta Comercial do respectivo Estado Federado à que o Licitante se filie, devendo este ser registrado e apresentado junto à Assessoria Administrativa – Financeira desta Autarquia, no prazo estabelecido no Art. 6º, da Lei Federal 14.030/2020, qual seja, até trinta dias contado da data em que a junta comercial restabelecer a prestação regular dos seus serviços, sob pena de inabilitação, e consequente perda do direito à contratação.

13.4. Relativos à Qualificação Técnica:

13.4. A (s) empresa (s) licitante (s) deverá (ão) apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, pertinente e compatível (is) com o objeto desta licitação, podendo o (s) mesmo (s) ser (em) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado caso o (s) atestado (s) seja (m) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito privado, deverá (ão) obrigatoriamente ser (em) apresentado (s) com firma reconhecida em cartório.

13.4.1 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

13.5. Documentação Complementar:

13.5.1. As licitantes deverão anexar no campo **Documentação Complementar, declarações**, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

a). Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (Modelo – Anexo VI).

a1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b). Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (Modelo – Anexo VI).

c). Não possui em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93).

d). Deverá declarar que não se encontra sob falência, concurso de credores, concordata ou em processos de dissoluções ou liquidações (Modelo – Anexo VI).

e). Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações. (Modelo – Anexo VI).

13.5.2. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 02, os documentos específicos para a participação nesta licitação, **preferencialmente entregues numerados e na sequência do Edital**, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

13.5.3. Os documentos assinados digitalmente poderão ser enviados via e-mail dispensando assim o envio destes por correios de acordo com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

13.5.4. As certidões que podem ser emitidas e autenticadas por meio dos sites correspondentes, também serão dispensadas o envio físico via correios.

13.5.5. Os originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados pelos Correios no endereço: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL de Cáceres-Setor de Licitações, Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – CÁCERES-MT, ou protocoladas diretamente no Protocolo Geral da Autarquia, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do encerramento da sessão;

13.6. Em caso de envio da documentação via Correios, a empresa vencedora deverá encaminhar no endereço eletrônico e-mail: licitacao@aguasdopantanal.eco.br, o comprovante de postagem, dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após ser declarada vencedora pelo (a) Pregoeiro (a), com vistas a constatação do cumprimento do prazo exigido, sob pena de inabilitação.

13.7. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser enviado/protocolado fechado, contendo em seu exterior, as seguintes informações:

<p>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ÓRGÃO: AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL CÁCERES-MT PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2021 RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE PREGOEIRO: VINICIUS LEAL VIEIRA</p>
--

13.8. Da Inabilitação:

13.8.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ou;

b) Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) O (s) atestado (s) de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

13.8.2. Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente e deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada em cartório ou decorrentes de publicações em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legíveis.

13.8.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar as certidões válidas, conforme art. 43, §3º, do Decreto n. 10.024/2019.

13.8.4. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

13.8.5. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

13.8.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o (a) Pregoeiro (a) considerará a proponente inabilitada, com exceção do item **13.8.11**.

13.8.7. Os documentos apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto à sua validade, **terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.**

13.8.8. Poderá o (a) Pregoeiro (a) declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, promover diligência para dirimir a (s) dúvida (s).

13.8.9. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o (a) Pregoeiro (a) considerará a proponente inabilitada e prosseguirá a sessão.

13.8.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos e nem a inclusão posterior de documento no presente Edital e seus Anexos.

13.8.11. Como exceção, o pregoeiro poderá tomar as devidas diligências referentes a inclusão de documento faltante preexistentes, corretos e válidos, considerando o princípio da busca da proposta mais vantajosa, caso a inabilitação da vencedora cause prejuízo significativo à administração ao pagar mais caro por mero formalismo.

13.8.12. A inclusão posterior de documentos conforme o item 13.8.11 deverá obedecer o prazo estabelecido no item 12.2.5 do edital.

13.8.13. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

13.9. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02 e legislação vigente.

13.10. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a licitante – 1ª classificada – será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

14. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) declarará o licitante vencedor.

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação **NA PLATAFORMA ELETRÔNICA**, até que um licitante atenda às condições fixadas neste Edital, e seja declarado vencedor;

14.2.1. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14.3. Aclamado o (s) Licitante (s) vencedor (es), será:

14.3.1. Registrado às manifestações em campo próprio no sistema, dos demais licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo (a) Pregoeiro (a), devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

14.3.2. Adjudicado o objeto da licitação, caso “não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.3.3. Registrado na Ata da Sessão pelo (a) Pregoeiro (a) e publicação da referida no site;

14.4. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**.

14.5. Ao critério da licitante, a Ata de registro de Preços poderá ser assinada digitalmente e enviada via e-mail, dispensando assim o seu envio físico, ou assinatura presencial, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contados da declaração de vencedor.

15.1.1. Após a manifestação no sistema, será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

15.1.2. As petições deverão ser enviadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato), para o endereço eletrônico licitacao@aguasdopantanal.eco.br e/ou no sistema BLL, e encaminhados os documentos originais à Comissão Permanente de Licitação/SSAAP, situada na Rua Voluntários da Pátria, 548, Centro, CEP: 78210-210 – Cáceres/MT.

15.1.3. **Após postagem pelos correios enviar via e-mail o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido em Edital.**

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro (a) ao vencedor.

15.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, os quais serão mencionados em campo próprio no site - mensagens, a entidade promotora da licitação adjudicará o objeto e submeterá à autoridade competente para homologar o resultado da licitação e determinar a contratação.

15.5. De todos os atos e decisões do (a) Pregoeiro (a), relacionados com o Pregão Eletrônico, cabe recurso.

15.6. Cabe ainda, recurso contra a decisão que:

- a). Anular ou revogar o Pregão Eletrônico.
- b). Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 15.6.1.** Os recursos de que tratam este item deverão ser interpostos no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo.
- 15.6.2.** As intimações dos atos referidos no Edital serão feitas mediante publicação na imprensa oficial e pelo site oficial da licitação <http://www.bllcompras.org.br/>.
- 15.6.3.** Interpostos os recursos de que trata o item 15.6 deste Edital, serão publicados no site oficial da licitação www.bll.org.br para conhecimento dos demais licitantes, que poderão impugná-los no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**.
- 15.6.4.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos.
- 15.6.5.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo nesse caso, a decisão ser proferida no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento do recurso.
- 15.7.** Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.
- 15.8.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no setor de Licitações, ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres, Rua Voluntários da Pátria, nº 548 – Centro – CEP 78210-210 – Cáceres/MT.
- 15.9.** Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02 e legislação vigente.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1.** Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o (a) Pregoeiro (a), a remessa dos autos à autoridade superior, para:
- 16.1.1.** Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar.
- 16.1.2.** Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento.
- 16.1.3.** Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório.
- 16.1.4.** Revogar a licitação, somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.
- 16.2.** O resultado do presente certame será publicado e divulgado pelo (a) Pregoeiro (a) no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1.** Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a Comissão de Licitações da Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL convocará a licitante vencedora para, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito de Registro.

17.1.1. Ao critério da licitante, a Ata de Registro de Preços poderá ser assinada digitalmente e enviado via e-mail, dispensando assim o seu envio físico, ou assinatura presencial, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

17.2. O prazo de **validade** da Ata de Registro de Preços será de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

17.2.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no § 4º, do Art. 5º, do Decreto Municipal nº 157, de 20 de março de 2019, bem como no art. 57, da Lei nº. 8.666, 21 de junho de 1993.

17.2.1.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis no período de vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.1.2. Excetuam-se ao item **17.2.1.1.** os casos de reequilíbrio financeiro, devidamente comprovado e justificado na forma da lei.

17.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição (ões), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento do (s) produto (s), em igualdade de condições.

17.4. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

17.4.1. O (s) preço (s) registrado (s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor (es) serão divulgados no Site da ÁGUAS DO PANTANAL, <http://www.aguasdopantanal.eco.br>, bem como através de publicações no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

17.4.2. Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

17.4.3. Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

17.4.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

17.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

17.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS**, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificação do produto e quantitativo do item que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.

17.5.2. Caberá à Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.5.3. Os fornecimentos adicionais a que se refere o **item 17.5** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento

convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.5.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.5.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.5.6. Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17.5.7. O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

17.6. Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

17.6.1. A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas.

17.6.2. A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro.

17.6.3. O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas.

17.6.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por item.

17.6.5. O prazo de validade de registro de preço.

17.6.6. Descrição das condições quanto aos locais e prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

17.6.7. Fazer acompanhamento dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

17.7. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

17.8. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.9. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.9.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso “II” do *caput* do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

17.9.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

17.9.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

17.9.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.9.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.9.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

17.9.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

17.9.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.9.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.9.4. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo órgão solicitante.

17.10. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pelo setor de Licitações da ÁGUAS DO PANTANAL.

17.11. A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. O contrato será elaborado e firmado entre as partes, de acordo com o interesse da Autarquia Águas do Pantanal, com base nos preços fixados na Ata de Registro de Preços, dentro de sua validade.

18.2. O quantitativo contratado poderá ser total ou parcial do objeto registrado em ata.

18.3. As informações sobre vigência, obrigações das partes, pagamento, critérios de aceitação do objeto entre outras, estão detalhadas na minuta do contrato (Anexo VIII do Edital).

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão à conta de Recursos Próprios, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	100 - Recursos Próprios

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. Cometer fraude fiscal;

20.1.6. Não mantiver a proposta.

20.2. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

20.2.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

20.2.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

20.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

20.4. Se a adjudicatária se recusar a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades na forma da Lei nº 10.520/02:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.5. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, e deixar de celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei nº.10.520/2002.

20.6. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.6.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

20.6.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos de um por cento) por uma quinzena de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

20.6.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto;

20.6.4. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.6.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.6.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;

20.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 20.7.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.7.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.7.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.10.** A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer *jus*, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão, ser-lhe-á concedido o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa, na forma da Lei.
- 20.11.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1.** É facultada ao (à) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada** a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, salvo a exceção do item **13.8.11**.
- 21.2.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.2.1.** A anulação do procedimento induz à anulação do Contrato.
- 21.2.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da **CONTRATADA** de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 21.3.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o ÓRGÃO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.4.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para novo dia, hora e local, e tão logo definida, será novamente divulgada na forma da Lei.
- 21.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no ÓRGÃO.
- 21.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

21.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.9. Os Licitantes poderão retirar o Edital via Internet através do endereço eletrônico <http://www.aguasdopantanal.eco.br>.

21.10. A entrega do resultado desta licitação não implicará direito à homologação.

21.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93.

21.13. Poderá o (a) Pregoeiro (a) no interesse da administração, relevar omissões puramente formais, desde que:

21.13.1. Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

21.13.2. Possam ser sanadas, no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a).

21.14 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrada as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a).

22. DOS ANEXOS REFERENCIAIS

22.1. São partes integrantes deste Edital:

a) ANEXO I – Termo de Referência;

b) ANEXO II – Modelo proposta de preços;

c) ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento;

d) ANEXO IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;

e) ANEXO V – Declaração para ME e EPP;

f) ANEXO VI – Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica);

g) ANEXO VII – Ata de Registro de Preços;

h) ANEXO VIII – Minuta do Contrato.

Cáceres-MT, 19 de agosto de 2021.

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA

Diretora Executiva

Decreto 99/2021

Publicado em 19/01/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23/2021

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** a Futura e Eventual contratação de empresa para fornecimento de embalagens para envase de água potável, na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 parte integrante do presente TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Detalhamento do objeto:

LOTE 01						
ITEM	CÓD TCE	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	273749-3	COPO DE POLI-PROPILENO (PP) PARA ENVASE DE ÁGUA 200ML. ALTURA: 90MM / LARGURA: 75MM /TAMPA: 75MM/BASE: 52,4MM. ÁREA DE IMPRESSÃO: 184MM X 61MM. IMPRESSÃO INCLUSA.	100	MILHEIRO	183,72	18.372,00
02	00016909	LACRE DE ALUMÍNIO PARA COPO COM ÁGUA. TAMANHO: 75 MM.	110	MILHEIRO	39,92	4.391,20
VALOR TOTAL: R\$ 22.763,20 (Vinte dois mil e setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos)						

LOTE 02						
ITEM	CÓD TCE	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	00017316	CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO, COM TABULEIRO, PARA COPO DE ÁGUA. CAPACIDADE: 50 COPOS (200ML). SEM IMPRESSÃO.	2.000	UND	7,70	15.400,00
VALOR TOTAL: R\$ 15.400,00 (Quinze mil e quatrocentos reais)						

1.3. O tipo de impressão a que se refere o item 01 será em policromia em arte a ser fornecida pelo Serviço De Saneamento Ambiental Águas Do Pantanal conforme ANEXO I.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando o art. 16 da Lei Municipal 2.476/2015, que prevê “o SAEC deverá promover e participar de programas e ações que visem melhoria das relações humanas no trabalho, das relações com a comunidade e da imagem da autarquia”;

2.2. Constata-se a possibilidade desta autarquia em realizar o envase de copos de água e sua distribuição, haja vista que permitirá que população cacerense exercer o controle direto sobre a água tratada que é entregue por meio da rede de distribuição, assegurando que ela se encontra em condições para consumo humano por atender os rigorosos controles de qualidade estabelecidos na Portaria de Consolidação Nº 05/2017 e a Portaria nº 635-Bsb do Ministério da Saúde.

2.3. Além disso, percebe-se que a água envasada é um importante instrumento de publicidade das ações e medidas tomadas por esta entidade autárquica, uma vez que tal ato representa uma promoção da Autarquia em participar de programas e eventos no município de Cáceres voltados a melhorias das relações humanas, bem como, oportunidade em promover atividades voltadas para a preservação do meio ambiente e combate à poluição ambiental, em parceria com as Secretarias Municipais juntamente com a entrega dos copos.

2.4. No que concerne ao quantitativo requisitado de cada item, a estimativa foi fundamentada no consumo do ano de 2018 e 2019, haja vista que nestes anos foram atendidas todas as solicitações por entidades municipais, estaduais e organizações sem fins lucrativos. Desconsiderou-se o ano de 2020, sendo este atípico, decorrente ao surto do vírus Covid-19, o qual tem como medida preventiva o isolamento social.

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. Buscou-se a especificação do item que mais se assemelha aos objetos especificados no Proc. Administrativo Nº021/2021 – 1Doc em pesquisa realizada:

3.1.1. Na página do TCE-MT, no sítio eletrônico <<http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao>>, “Consulta Geral de Licitações”.

3.1.2. No Radar, banco de preço de compras públicas do TCE-MT, sítio eletrônico <<https://radardepregos.tce.mt.gov.br/>>;

3.1.3. Na ferramenta Banco de Preços, sítio eletrônico <<https://www.bancodeprecos.com.br/>>;

3.2. Foi estimado o valor total da presente contratação de R\$ 38.163,20 (trinta e oito mil cento e sessenta e três reais e vinte centavos), o qual fica fixado como limite máximo admitido pela Águas do pantanal conforme quadro de cotação 00031/21.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e ofertar o **menor preço por lote**.

4.2. As propostas deverão contemplar eventuais taxas, impostos, frete, dentre outros, não sendo admitidas quaisquer cobranças fora da proposta.

5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. A empresa **CONTRATADA** deverá atender as seguintes exigências:

5.1.1. Comprovação de aptidão da licitante, de que forneceu qualquer quantidade semelhante ao item em que apresentará proposta ao objeto desta licitação, na forma de atestado ou certidão fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, os atestados ou certidões deverão ser assinados pelo titular da pasta ou por quem de direito, sob pena de responsabilização documental.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

6.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bem comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019.

7. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. A entrega do objeto será de forma fracionada, mediante ao pedido de empenho, de acordo com as necessidades do contratante.

7.2. O pedido mínimo será de 30% do valor total da contratação.

7.3. Em caso de consumo inferior ao estimado, a autarquia Águas do Pantanal **NÃO** se obriga ao consumo total dos mesmos.

7.4. O objeto deverá ser entregue na Autarquia SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário comercial de funcionamento da autarquia.

7.5. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

7.6. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

7.7. É facultada ao Fiscal do Contrato rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente TERMO DE REFERÊNCIA.

7.8. A entrega e o transporte do objeto serão de total responsabilidade da empresa fornecedora, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

8. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

8.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

8.3. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e do documento fiscal em tempo oportuno dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela **CONTRATANTE**, cumpridas todas as exigências contratuais.

8.4. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

- 8.5. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 8.6. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 8.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 8.8. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a **CONTRATADA** deverá seguir os seguintes procedimentos:
- 8.8.1. Deverá, obrigatoriamente, acompanhada da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.
- 8.8.2. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- 8.8.3. Certidão Negativa de Débito Estaduais (PGE-SEFAZ), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante.
- 8.8.4. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante.
- 8.8.5. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.8.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 8.8.7. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.
- 8.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:
- 8.9.1. Razão Social.
- 8.9.2. Número da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.9.3. Data de emissão.
- 8.9.4. Nome do órgão Solicitante.
- 8.9.5. Descrição do produto/serviço.
- 8.9.6. Quantidade, preço unitário, preço total.
- 8.9.7. Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente).
- 8.9.8. Número do Contrato.
- 8.9.9. Número da Nota de Empenho.
- 8.9.10. Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc.), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB.
- 8.9.11. Não deverá possuir rasuras.
- 8.10. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº 8666/93.
- 8.11. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. A

atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.

8.12. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

8.13. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

9.1. A **CONTRATADA** deverá produzir as embalagens utilizando a matéria prima de qualidade conforme estabelecido em norma vigente, garantindo a resistência dos mesmos, em especial a ABNT.

9.2. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade da arte impressa no copo.

9.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

9.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

9.5. Fica a **CONTRATADA** dispensada da garantia de execução contratual prevista no art. 56º da Lei nº 8666/93, pelas razões abaixo justificadas:

9.5.1. O objeto é uma aquisição, ou seja, se a contratada não entregar os bens, não receberá o pagamento.

9.5.2. Os preços serão registrados em ATA, dessa forma, a Contratada não é obrigada a adquirir todo o objeto.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. O objeto será recebido:

10.2. Provisoriamente, em até 10 (dez) dias, contados da data de comunicação, por escrito, da **CONTRATADA**, após a realização da vistoria para a devida verificação das especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta.

10.3. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

10.4. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

10.5. A **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos objetos quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato Administrativo, TERMO DE REFERÊNCIA e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2. Prestar os serviços em estrita observância às condições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual.

11.3. Efetuar a entrega dos objetos e descarga em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.5. Substituir, reparar, ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TERMO DE REFERÊNCIA, as irregularidades detectadas.

11.6. Arcar com todas as despesas relativas à entrega do objeto à Autarquia, encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário decorrente do presente contrato referente às pessoas envolvidas na prestação de serviços, que não terão qualquer vínculo empregatício com o **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

11.7. A **CONTRATADA** deve comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.8. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.1.3. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado.

12.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento dos objetos, no prazo e forma estabelecida no TERMO DE REFERÊNCIA.

12.2. Aplicar as penalidades previstas no Termo De Referência e no presente instrumento, na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir o contrato, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

12.3. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO DE REFERÊNCIA, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINA COUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Orgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
11.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	100 – Recursos Próprios

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

15.1.3. Fraudar na execução do contrato.

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.5. Cometer fraude fiscal.

15.1.6. Não manter a proposta.

15.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**.

15.2.2. Multa moratória de 0,5 % (cinco décimos de um por cento) por uma quinzena de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

15.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto.

15.2.4. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto.

15.2.5. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

15.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

16.1. Salientamos a necessidade de que o contrato deverá ser gerado em 02 (duas) vias de igual teor.

17. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Este instrumento vigorará pelo período de 12 (doze) meses, com início a partir da data de publicação.

17.2. Optou-se por realizar o Registro de Preços por se tratar de bens cuja necessidade de contratação é frequente, e por ser conveniente que a entrega seja parcelada, na forma dos incisos I e II, do Art. 3º, do Decreto Municipal nº 157, de 20 de março de 2019.

Cáceres/MT, 21 de julho de 2021.

ELABORADO POR:

THAIS CRISTINA COUTO HURTADO
ENGENHEIRA QUÍMICA

VISTO POR:

FELIPE FRANKLIM BRITO DE LIMA



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ASSESSOR TÉCNICO OPERACIONAL

APROVADO POR:

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA
DIRETORA EXECUTIVA

ANEXO I

Figura 1 – Unidade dimensional do copo em milímetro (75mmx90mm)

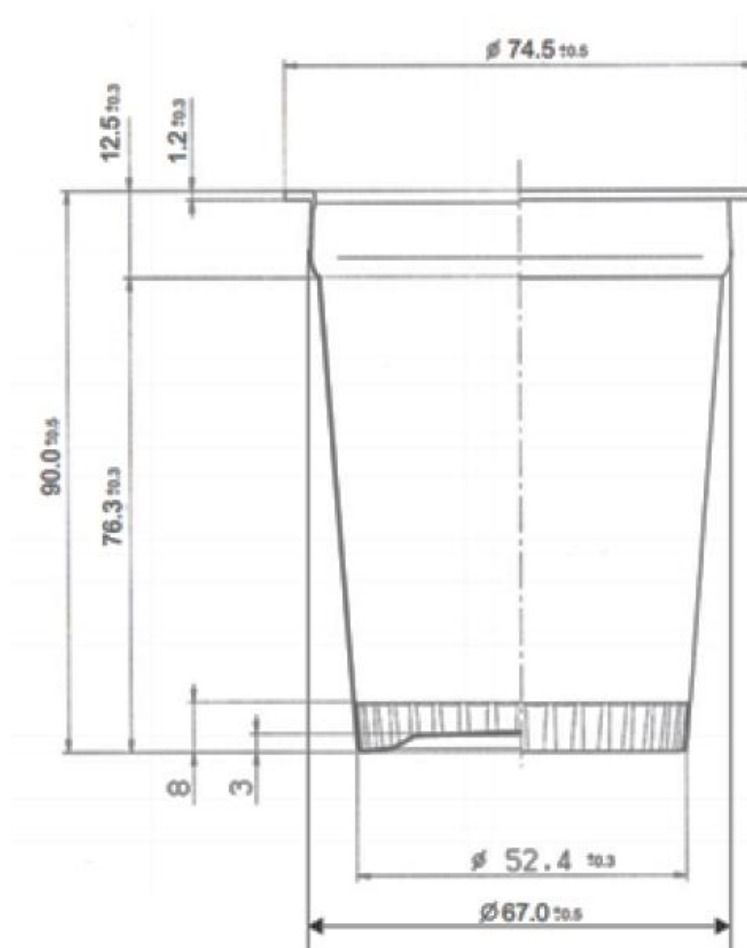


Figura 2 – Medidas de impressão (184mmx61mm)

Área de Impressão do copo de Água Mineral 200ml

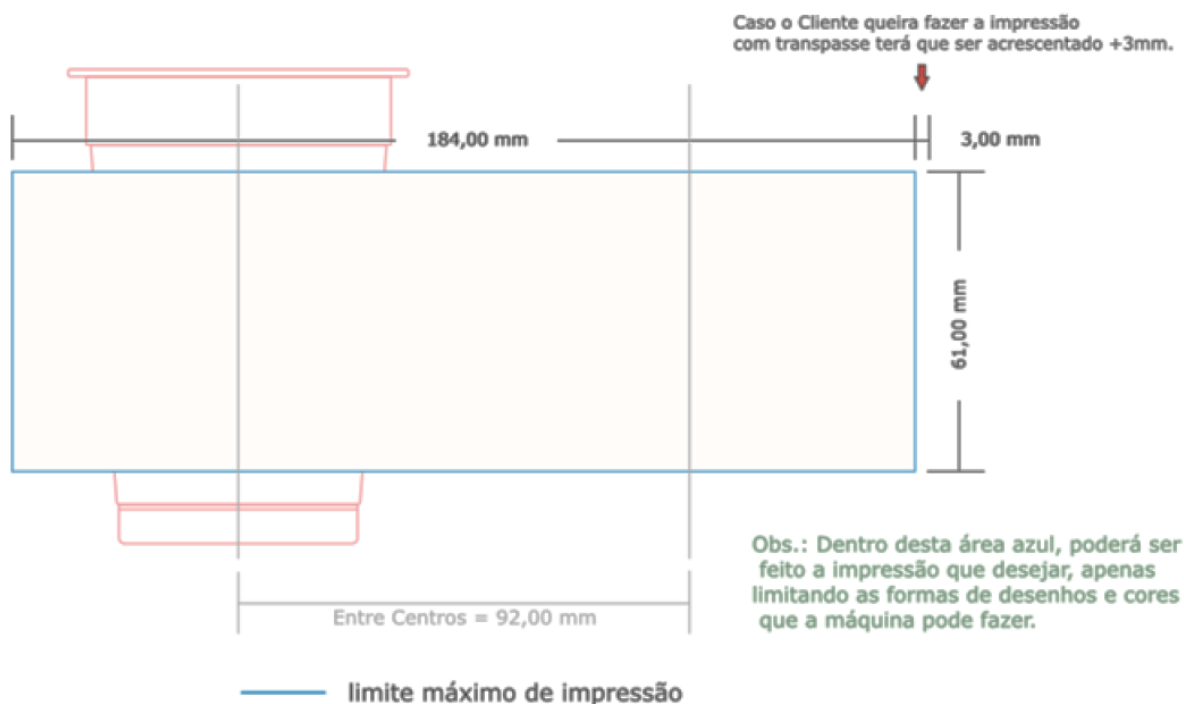


Figura 3 – Arte do copo (184mmx61mm)





Comissão Permanente de Licitações (CPL)
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Licitação: **Nº 09/2021**

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS**

Tipo: **MENOR PREÇO**

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Licitante: _____ C.N.P.J _____
Tel/Fax:(____) _____ E-mail _____ Tel. (____) _____ Celular: (____) _____

Endereço: _____

Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa Proposta Comercial referente a Registro de Preços para futura e eventual aquisição de, a fim de atender a demanda do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** - Autarquia do município de Cáceres-MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

OBS: Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, transporte, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Valor Total da Proposta é de: R\$ _____ (_____).

Nome por extenso do Representante Legal: _____

CPF/MF: _____

Validade da Proposta: _____

Prazo de Entrega _____

Local de entrega _____

Cidade/UF, ____ de ____ de 2021.

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Comissão Permanente de Licitações (CPL)
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

O
SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL **ÁGUAS DO PANTANAL**- Autarquia do município
de Cáceres-MT
REF: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021**
TIPO: MENOR PREÇO

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da cédula
de identidade RG nº. _____, órgão expedidor _____ e do CPF/MF Nº.
_____ como nosso representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS DE PREÇOS, ma-
nifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, FORMULAR OFERTA E DAR LANCES, enfim, praticar todos os atos ne-
cessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes:

CNPJ/MF nº. _____

Inscrição Estadual nº. _____

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Cidade/UF, ____ de _____ de 2021

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

OBS.: Deverá ser reconhecida a firma em caso de representação por meio de procura-
ção/credenciamento particular.



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ANEXO IV

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, executa/executou o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;

02. _____;

03. _____.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2021.

Representante Legal da Empresa emitente desse atestado e sua assinatura
RG e CFP/MF:



Comissão Permanente de Licitações (CPL)
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ANEXO V

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade R.G. nº. _____ SSP/____ e inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF nº. _____, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2021** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

Declaramos também que:

- () Somos optante do simples nacional.
() NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa



Comissão Permanente de Licitações (CPL)
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURIDICA)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

O

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL-AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

TIPO: MENOR PREÇO

_____, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. _____, sediada na _____, nº. ____, bairro, _____, CEP _____, Município/Estado _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

→ Cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado.

→ Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;

→ Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

→ Não possuir em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93).

→ Declarar que não se encontra sob falência, concurso de credores, concordata ou em processos de dissoluções ou liquidações.

→ Declarar que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se ainda a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato.

→ Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, pelo presente instrumento, o **Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Autarquia Municipal de Cáceres-MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500 – CÁCERES-MT, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade RG Nº. _____ e do CPF nº. _____ neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021**, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada do LOTE, bem como cada um de seus ITENS, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº 157/2019; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

1. CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Futura e eventual aquisição de **embalagens para envase de água potável**, na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 do Termo de Referência, para fornecimento parcelado conforme a demanda, a fim de atender as necessidades do Setor Operacional (Setor de Água, Esgoto e Drenagem) do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a Comissão de Licitações da Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL convocará a licitante vencedora para, no **prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, assinar esta Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito de Registro;

2.1.1. A critério da licitante, a Ata de Registro de Preços poderá ser assinada digitalmente e enviada via e-mail, dispensando assim o seu envio físico, ou assinatura presencial, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993;

2.4. A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/ Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição(ões), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento do (s) produto (s), em igualdade de condições.

- 2.5.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993;
- 2.6.** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade de ata de registro de preços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGÊNCIA DA PRESENTE ATA

- 3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá ao SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica nas questões legais.
- 3.2.** Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrer ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.
- 3.3.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 3.4.** Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificação do produto e quantitativo do item que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.
- 3.5.** Caberá à Fornecedor beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.5.1.** Os fornecimentos adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50%** (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.5.2.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 3.5.3.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 3.5.4.** Ao órgão não participante competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 3.5.5.** O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.
- 3.6.** Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:
- 3.6.1.** A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas.
- 3.6.2.** A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro.
- 3.6.3.** O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas.

3.6.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por item.

3.6.5. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.6.6. A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br> e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.

4.2. A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no Termo de Referência nº 23/2021.

4.3. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.3.1. A entrega do objeto será de forma fracionada, mediante ao pedido de empenho, de acordo com as necessidades do contratante.

4.3.2. O pedido mínimo será de 30% do valor total da contratação.

4.3.3. Em caso de consumo inferior ao estimado, a autarquia Águas do Pantanal NÃO se obriga ao consumo total dos mesmos.

4.3.4. O objeto deverá ser entregue na Autarquia SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário comercial de funcionamento da autarquia.

4.3.5. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

4.3.6. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

4.3.7. É facultada ao Fiscal do Contrato rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente TERMO DE REFERÊNCIA.

4.3.8. A entrega e o transporte do objeto serão de total responsabilidade da empresa fornecedora, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

4.4. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

4.4.1. A **CONTRATADA** deverá produzir as embalagens utilizando a matéria prima de qualidade conforme estabelecido em norma vigente, garantindo a resistência dos mesmos, em especial a ABNT.

4.4.2. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade da arte impressa no copo.

4.4.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.4.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.4.5. Fica a **CONTRATADA** dispensada da garantia de execução contratual prevista no art. 56º da Lei nº 8666/93, pelas razões abaixo justificadas:

- a) O objeto é uma aquisição, ou seja, se a contratada não entregar os bens, não receberá o pagamento.
- b) Os preços serão registrados em ATA, dessa forma, a Contratada não é obrigada a adquirir todo o objeto.

4.5. DO RECEBIMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.5.5. Os bens serão recebidos:

4.5.5.1. Provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

4.5.5.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório.

4.5.5.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.5.4. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

4.5.5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item **4.5.5.2.** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5.5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5.5.7. Os produtos serão armazenados no Almoxarifado do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, ficando o responsável pelo setor encarregado da guarda e armazenamento, não permitindo a deterioração do material.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso "II" do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

5.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

- 5.1.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 5.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- 5.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- 5.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.1.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.1.4. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo órgão solicitante.
- 5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pelo setor de Licitações da ÁGUAS DO PANTANAL.
- 5.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados no mercado serão liberados dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

- 6.1. A contratada deverá atender às especificações dos produtos contidas no Termo de Referência, ao prazo de entrega previsto, o que prevê a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como a lei nº. 10.520/2002;
- 6.2. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e suas propostas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA**
- 6.2.2. Devem, quando aplicáveis, serem observadas e atendidas, no fornecimento do (s) referido (s) produto (s), as seguintes disposições:
- 6.3. Dos códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes aos tipos de produtos/serviços aqui descritos.
- 6.3.1. Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto.
- 6.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da Lei nº 8.078 de 1990 (CPDC);
- 6.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso ou inexecução da entrega do objeto desta licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

- 6.5.** Caso sejam detectados defeitos ou falhas na entrega dos objetos pela CONTRATADA será considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas; a CONTRATANTE pode exigir a substituição dos mesmos.
- 6.6.** Responde a contratada nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 6.7.** Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgáveis necessários para recebimento de correspondência, e demais itens presentes no termo de referência, Edital e no contrato.
- 6.8.** Deverá também comunicar antecipadamente a data e horário da entrega não sendo aceito os objetos e serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste termo.
- 6.9.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no termo de referência, Edital e contrato.
- 6.10.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 6.11.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela contratante.
- 6.12.** Indenizar terceiros e/ou a contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 6.13.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 7.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 7.3.** Encaminhar à CONTRATADA as solicitações dos produtos com as necessidades a serem desenvolvidas;
- 7.4.** Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto do Termo de Referência, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;
- 7.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
- 7.6.** Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.
- 7.7.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 7.8.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições previstas no item do pagamento;

7.9. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.10. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

7.11. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.12. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Orgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	100 - Recursos Próprios

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

9.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

9.3. O pagamento será efetuado à contratada em até **30 (trinta) dias após a entrega do objeto e do documento fiscal** em tempo oportuno dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.5. Caso se constate alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.7. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

9.7.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

9.7.1.1. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

9.7.1.2. Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas.

9.7.1.3. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante.

9.7.1.4. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.7.1.6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

9.8. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome do órgão Solicitante;

e) Descrição do produto/serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho;

j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc.), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/99, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;

k) Não deverá possuir rasuras.

9.8.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

9.8.2. O pagamento será efetuado em até no máximo **30º (trigésimo)** dia após a entrega da Nota Fiscal/ Fatura, devidamente atestada.

9.8.3. O pagamento será efetuado à Contratada, de acordo com a ordem de serviços emitida e atestadas pelo gestor.

9.8.4. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº. 8.666/93.

9.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. A atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.

9.10. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.11. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.12. O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de

Empenho dentro do prazo fixado, ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2. Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista na Lei 8.666/93 ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Contratante pelo prazo não superior a **02 (dois) anos**; e,

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas letras “a”, “b” e “c”.

10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a FORNECEDORA da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

10.4. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por parte do Município de Cáceres, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Autarquia, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Assessoria Jurídica da Autarquia.

10.5. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da ciência da notificação, podendo a Autarquia reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

10.6. As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.7. A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos produtos e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital.

11.1.2. Quando a Fornecedora não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

11.1.4. Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

11.1.5. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br/> e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora, relativas aos fornecimentos do objeto;

11.6. Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ILÍCITOS PENAIS

12.1. As infrações penais tipificadas na Lei n.º 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva da FORNECEDORA:

13.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preços;

13.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

14.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINACOUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.2. A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços bem como ao Contrato.

15.3. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.3.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

15.3.2. A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de **Pregão Eletrônico/ Registro de Preços nº 09/2021** e seus anexos e a (s) proposta (s) da (s) empresa (s) classificada (s);

15.3.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cáceres, do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja por mais privilegiado que seja ou possa vir a sê-lo.

E assim, por estarem as partes justas e avençadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cáceres - MT, ____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE:

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
Diretor Executivo

CONTRATADA:

Empresa:
CNPJ:
Representante:
CPF:



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

TESTEMUNHAS:

RG:

Nome:
CPF:
RG:

Nome:
CPF:
RG:



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2021

ORIGEM: **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2021**
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 037/2021 – 1Doc

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, as partes a seguir identificadas, de um lado, o Serviços de Saneamento Ambiental **ÁGUAS DO PANTANAL**- Autarquia do município de Cáceres-MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 – Centro – CEP 78.210-210 – Fones (65) 3223-6900 – CÁCERES-MT, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade RG nº. _____ e do CPF nº. _____ neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, fundamentadas no que restou apurado no **Processo Administrativo Digital nº 027/2021, PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021**, têm entre si justo e avençado o presente instrumento, medianamente as cláusulas e condições a seguir definidas:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Aquisição de **embalagens para envase de água potável**, na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 do Termo de Referência nº 23/2021, com o fim de atender as necessidades do Setor Operacional (Setor de Água, Esgoto e Drenagem) do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

1.2. O preço total da presente contratação é de R\$ _____,00, valor apurado ao final do certame licitatório.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização do **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021**, realizado com fundamento nas Leis Federais nºs 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 081/2009, e Decreto Municipal nº 157/2019, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações vigentes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1. Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- Proposta de Preços da Contratada;
- Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2021** e seus anexos.

3.2. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.** Este instrumento vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, executados os serviços de forma mensal ou conforme a necessidade da Autarquia podendo ser prorrogado o prazo conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 4.2.** O início da vigência contratual iniciará a partir da data de sua assinatura.
- 4.2.1.** A licitante terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** após a convocação via e-mail, de assinar o contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa.
- 4.2.2.** Ao critério da licitante, o Contrato Administrativo poderá ser assinado digitalmente e enviado via e-mail, dispensando assim o seu envio físico, ou assinatura presencial, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- 4.3.** Se a licitante vencedora se recusar a assinar o contrato injustificadamente, além das penalidades cabíveis, ser-lhe-á aplicada a regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, DA GARANTIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1.** Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.
- 5.2.** A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no Termo de Referência nº 17/2021 (Anexo I do Edital):

5.3. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.3.1.** A entrega do objeto será de forma fracionada, mediante ao pedido de empenho, de acordo com as necessidades do contratante.
- 5.3.2.** O pedido mínimo será de 30% do valor total da contratação.
- 5.3.3.** Em caso de consumo inferior ao estimado, a autarquia Águas do Pantanal NÃO se obriga ao consumo total dos mesmos.
- 5.3.4.** O objeto deverá ser entregue na Autarquia SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário comercial de funcionamento da autarquia.
- 5.3.5.** Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.
- 5.3.6.** Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 5.3.7.** É facultada ao Fiscal do Contrato rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente TERMO DE REFERÊNCIA.
- 5.3.8.** A entrega e o transporte do objeto serão de total responsabilidade da empresa fornecedora, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.4. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

5.4.1. A **CONTRATADA** deverá produzir as embalagens utilizando a matéria prima de qualidade conforme estabelecido em norma vigente, garantindo a resistência dos mesmos, em especial a ABNT.

5.4.2. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade da arte impressa no copo.

5.4.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.4.5. Fica a **CONTRATADA** dispensada da garantia de execução contratual prevista no art. 56º da Lei nº 8666/93, pelas razões abaixo justificadas:

- a) O objeto é uma aquisição, ou seja, se a contratada não entregar os bens, não receberá o pagamento.
- b) Os preços serão registrados em ATA, dessa forma, a Contratada não é obrigada a adquirir todo o objeto.

5.5 Do Recebimento e dos Critérios de Aceitação do Objeto

5.5.1. Os serviços serão recebidos:

5.5.1.1. Provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

5.5.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório.

5.5.1.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5.1.4. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

5.5.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item **5.5.1.4.** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.5.1.7. Os produtos serão armazenados no Almoxarifado do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, ficando o responsável pelo setor encarregado da guarda e armazenamento, não permitindo a deterioração do material.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.** A contratada deverá atender às especificações dos produtos contidas no Termo de Referência, ao prazo de entrega previsto, o que prevê a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como a lei nº. 10.520/2002;
- 6.2.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e suas propostas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.2.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA**
- 6.2.2.** Devem, quando aplicáveis, serem observadas e atendidas, no fornecimento do (s) referido (s) produto (s), as seguintes disposições:
- 6.3.** Dos códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes aos tipos de produtos/serviços aqui descritos.
- 6.3.1.** Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto.
- 6.3.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da Lei nº 8.078 de 1990 (CPDC);
- 6.4.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso ou inexecução da entrega do objeto desta licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 6.5.** A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.6.** Caso sejam detectados defeitos ou falhas na entrega dos objetos pela **CONTRATADA** será considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas; a **CONTRATANTE** pode exigir a substituição dos mesmos.
- 6.7.** Responde a contratada nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 6.8.** Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgáveis necessários para recebimento de correspondência, e demais itens presentes no termo de referência, Edital e no contrato.
- 6.9.** Deverá também comunicar antecipadamente a data e horário da entrega não sendo aceito os objetos e serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste termo.
- 6.10.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no termo de referência, Edital e contrato.
- 6.11.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 6.12.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela contratante.
- 6.13.** Indenizar terceiros e/ou a contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada

adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

6.14. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.

7. CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Encaminhar à CONTRATADA as solicitações dos produtos com as necessidades a serem desenvolvidas;

7.4. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto do Termo de Referência, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

7.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.

7.6. Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.

7.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

7.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições previstas no item do pagamento;

7.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.10. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

7.11. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.12. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINA COUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

9.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

9.3. O pagamento será efetuado à contratada em até **30 (trinta) dias após a entrega do objeto e do documento fiscal** em tempo oportuno dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.5. Caso se constate alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.7. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

9.7.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

9.7.1.1. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

9.7.1.2. Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas.

9.7.1.3. Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante.

9.7.1.4. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.7.1.6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

9.8. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data de emissão;
- d) Nome do órgão Solicitante;

- e) Descrição do produto/serviço;
f) Quantidade, preço unitário, preço total;
g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
h) Número do Contrato;
i) Número da Nota de Empenho;
j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc.), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/99, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;
k) Não deverá possuir rasuras.

9.8.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

9.8.2. O pagamento será efetuado em até no máximo **30º (trigésimo)** dia após a entrega da Nota Fiscal/ Fatura, devidamente atestada.

9.8.3. O pagamento será efetuado à Contratada, de acordo com a ordem de serviços emitida e atestadas pelo gestor.

9.8.4. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº. 8.666/93.

9.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. A atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.

9.10. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”.

9.11. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.12. O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Orgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	100 - Recursos Próprios

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da CONTRATANTE.

11.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessárias, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da lei 8.666/93.

11.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas, **exceto para o reestabelecimento do equilíbrio econômico,**

conforme previsto na alínea “d” do inciso “II” do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Aquele que, não retirar a Nota de Empenho dentro do prazo fixado, ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.2. Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos de um por cento) por uma quinzena de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto;

d) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o (s) Órgãos/Entidades pelo prazo não superior a **05 (cinco) anos**; e,

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos causados.

12.3. As multas previstas nesta seção não eximem a FORNECEDORA da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

12.4. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por parte do Município de Cáceres, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Autarquia, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Assessoria Jurídica da Autarquia.

12.5. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da ciência da notificação, podendo a Autarquia reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.6. As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.7. A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos produtos e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

13.1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.2. A rescisão do contrato poderá ser:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e demais normas pertinentes.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cáceres/MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a sê-lo.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cáceres - MT, _____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE:

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
Diretor Executivo

CONTRATADA:

Empresa:
CNPJ:
Representante:



Comissão Permanente de Licitações (CPL)

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021 – “MENOR PREÇO POR LOTE”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 037/2021

CPF:

RG:

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF:

RG:

Nome: _____

CPF:

RG